

**ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA
CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP**

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2022 BB: 935137

OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de empresa para fornecimento, instalação e remoção de equipamentos novos de ar condicionado, a serem instalados na Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, localizada em Setor de Áreas Públicas, Lote B Sia Sul Guará, Brasília – DF, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

RR COMERCIO INSTALAÇÃO E MANUTENCAO DE AR CONDICIONADO LTDA, já qualificada nos autos do processo licitatório epigrafado, doravante denominada recorrida, vem perante V.S.^a, apresentar as suas **CONTRARAZÕES** aos recursos apresentados pela licitantes **JEB COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI** denominada recorrente, aduzindo para tanto o que se segue:

I – Do Objeto:

1. Trata-se de licitação pública, para Registro de Preços para eventual contratação de empresa para fornecimento, instalação e remoção de equipamentos novos de ar condicionado, a serem instalados na Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, localizada em Setor de Áreas Públicas, Lote B Sia Sul Guará, Brasília – DF, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

II – Da Proposta da Recorrida:

2. A recorrida concorreu apresentando proposta, mormente para o **LOTE 01** Registro de Preços para eventual contratação de empresa para fornecimento, instalação e remoção de equipamentos novos de ar condicionado, a serem instalados na Companhia Urbanizadora da

Nova Capital do Brasil - NOVACAP, localizada em Setor de Áreas Públicas, Lote B SIA Sul Guarará, Brasília – DF, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Edital e seus anexos, **com total cumprimento das exigências editalícias**, inclusive no tocante às especificações técnicas descritas no termo de referência do edital e documentação exigida para a habilitação técnica, jurídica e econômico-financeira.

3. Entretanto, após ter sido declarada vencedora do item acima indicado, a empresa recorrente impetrou recurso contra o ato que.

III - DO RECURSO DA empresa AR CERTO CLIMATIZAÇÃO EIRELI:

4. A recorrente irressignada com o resultado do certame, trouxe alegações parcas e sem embasamento, demonstrando seu desconhecimento dos ritos do processo e do teor das contratações públicas.

5. Assim, ela recorreu alegando, em suma, que esta amparada pela lei por apresentar seu balanço patrimonial vencido.

6. Pois bem, a questão referente não encontra respaldo jurídico:

6.1. BALANÇO PATRIMONIAL: Conforme o Art 31, inciso I da Lei 8.666/93 a administração pública deverá, quando da qualificação econômico financeira, verificar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Segundo as normas contábeis a data limite de apresentação do BALANÇO PATRIMONIAL de um exercício financeiro será sempre até 30 de abril do ano subsequente aos fatos registrados; a partir daí, os informes anteriores perdem a sua validade.

6.2. Desta feita a empresa JEB COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 33.486.276/0001-80 apresentou balanço patrimonial pertinente ao ano de 2020” ressalto a essa autoridade competente que estamos no mês 05 do ano de 2022”

6.3. Descumprindo do Inciso V do Edital que pede: Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

7. Além disso, a recorrente também não apresentou “Incisos I - (não apresentou a Declaração de Fato Superveniente - Anexo III do Edital)”, tal documento é de necessidade explícita para habilitação da mesma.

“7.3.1. As licitantes devidamente cadastradas no SICAF deverão encaminhar os seguintes documentos: I – Declarar, sob as penas da lei, a superveniência de fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório (modelo Anexo III);”

“7.3.2. As Licitantes que não são cadastradas ou com situação irregular junto ao SICAF, deverão encaminhar os seguintes documentos: I – Declarar, sob as penas da lei, a superveniência de fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório (modelo Anexo III);”

IV.DO PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO

Nesses casos, a Administração deve observar o princípio da motivação, nos termos dos arts. 2º e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e em especial, do art. 113 da Lei nº 8.666/1993. As vantagens da documentação em comento devem ser esclarecidas de forma técnica nos autos do processo licitatório, de maneira explícita, clara e congruente.

Dessa forma, o gestor público se resguarda de eventuais questionamentos dos órgãos de controle.

Em que pese a recorrida apresentou todas as documentações necessárias, e foi aceita pela administração.

Não cabe a recorrente ir contra ao princípio do formalismo moderado adotado por essa comissão.

VI- Da Conclusão:

Assim, com base nos argumentos acima tecidos, restando comprovada a existência da exigência do edital, requer-se que a Administração NEGUE PROVIMENTO aos recursos interpostos pela empresa **JEB COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI**, fazendo por intacto o resultado que reconheceu como vencedora a proposta da recorrida.

N. Termos
P. Deferimento
Brasília, 24 de Maio de 2022.

Rosânia Guerra Chaves
CPF nº: 151.759.441-34
Representante legal
RR Comercio Instalação e Manutenção de Ar Condicionado Eireli ME
CNPJ nº: 19.156.088/0001-63